

REDACTOR PRINCIPAL
Alexandre Vieira
EDITOR
João Carlos
Propriedade da União Operária Nacional
(Formulário da lei que regula a liberdade de imprensa)
Officina de Impressão - R. da Alfama, 134
Redacção e administração - Calçada do Combro, 38-A, 2.º
Lisboa - PORTUGAL
End. telegr. Talha - Lisboa • Telefone: 20

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ - PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

A BOICOTAGEM

Compendiam os métodos sin-
dicalistas três recursos a adoptar
na luta dos operários às institui-
ções burguesas. Em primeiro lu-
gar, a greve, significando o aban-
dono de trabalho. E a nossa qua-
lidade de produtores que nos per-
mite lançar mão desta arma po-
derosíssima, a um tempo ofensiva
e defensiva. Em segundo lugar, a
sabotagem, implicando a inferiori-
zação ou diminuição da tarefa
em correlação com a diminuição
de salário ou inferiorização de
qualquer outras condições de tra-
balho. E a nossa qualidade de re-
volucionários e de revoltados
que nos impele a fazer uso desta
arma, por igual eficazíssima quan-
do discretamente manejada, usan-
do-se duma decisão que não ex-
clua totalmente os prudentes ra-
cióneos. Em terceiro lugar, temos
a boicotagem, e desta queremos
hoje falar.

A boicotagem é um recurso
usado por nós na nossa qualidade
de consumidores. Porque esta du-
pla qualidade tem os trabalhadores
a de produtores e a de consu-
midores. Eles produzem tudo;
mas consomem também a maior
parte do que produzem, não por-
que sejam latas as possibilidades
de consumo de cada um mas por-
que é imensa a legião por eles
composta. Ora o industrialismo
burguês de duas maneiras nos
explora: primeiro, pagando-nos
insuficientemente a mão de obra; se-
gundo, levando-nos coiro e cabelo
na venda do artigo por nós pró-
priamente fabricado ou manufactu-
rado.

E se o industrialismo burguês
precisa da massa trabalhadora de
duas maneiras, se ele precisa que
nós produzamos e lhe vamos com-
prar depois a produção, por duas
maneiras correspondentes pode-
mos nós também defender-nos
das suas prepotências e atacar os
seus privilégios: primeiro, não fa-
bricando, não produzindo, em-
quanto certas reivindicações de
momento não forem satisfeitas,
e é isto a greve; segundo, não
comprando a determinados in-
dustriais ou comerciantes por de-
mais renitentes os artigos por eles
postos à venda, enquanto a satis-
fação de oportunas regalias re-
clamadas não for alcançada - e isto
é a boicotagem.

Não está para a indole dum ar-
tigo-historial as origens da boi-
cotagem, que historicamente em regra
representa fitar os olhos no pas-
sado e, neste caso, útil será fixar as
vistas no futuro. Do que realmen-
te se trata é de pôr um pouco
em prática todos os vários recur-
sos que a tática sindicalista nos
merece e para desprezar não são.
Com efeito, a acção ofensiva do
operariado quasi só a greve se
tem restringido, e toda a conve-
niência há em fazer acompanhar
a acção grevista, para fortalecê-la,
para secundá-la, de concordantes
esforços em sentido diverso mas
todavia equivalentes. Está a boi-
cotagem nos casos de prestar ao
operariado português, como ao
operariado de outros países tem
prestado, serviços notavelmente
assinalados. A experiência não es-
tá feita, por assim dizer, no nos-
so país. E' certo que, por exem-
plo, no Congresso de Tomar, em
1914, foi entusiasticamente votada
e durante certo tempo mantida, a
boicotagem aos produtos da fábri-
ca alemã de cervejas. E certo
é também que com a boicotagem
algos se ressentiu a empresa
boicotada. Mas o caso é que nem
o artigo sobre que incidiu aquela
deliberação do Congresso de To-
mar era do mais insistentemente
consumo no meio operário, nem ainda
a boicotagem votada se efectivou
com a necessária intensidade e
persistência. Tratava-se, de resto,
duma primeira: balbuciente tenta-
tiva que não deixou avaliar todo o
mérito da tática. O que é preciso
é prosseguir aperfeiçoando.

Olhemos um pouco as mais
poderosas empresas industriais ou
comerciais de Portugal e veremos
que é às massas populares que
elas vão buscar, principal, quan-
do não exclusivamente, as garan-
tias da própria existência ou pros-
peridade.

Há aí companhias de viação
florescentes, estabelecimentos de
vária ordem fartamente rendosos,
empresas fabris de múltiplas espe-
cies a distribuir dividendos choriu-
dos, e tudo isso se alicerça na
nossa bolsa, e tudo isso vive e se
desenvolve com o amparo mone-
tário e cotidiano que nós lhe
prestamos. Mas ao mesmo tempo
em tudo isso se menosprezam os
direitos e os interesses dos traba-
lhadores. Em Sacavém há uma
fábrica de louça, louça barata de
consumo principalmente operário
e essa fábrica deixa em greve os
seus operários tempo sem conta
só para não satisfazer-lhes uma
reclamação de salário modestíssima.

Pois temos todos nós o dever
de secundar os esforços, dêsse
grévistas e nenhum meio mais
eficaz que o da sabotagem lan-
çada sobre os produtos da fábrica;
não os comprando, não gastando
nos estabelecimentos que os usa-
rem, empregando enfim todos os
meios para fazer sentir ao indus-
trial ganancioso quanto de odioso
há no seu proceder. A Companhia
União Fabril tem adoptado mil
e um expediente para vexar e
prejudicar os seus assalariados.
Pois utilmente podíamos também
todos acorrer em auxílio deles,
lançando a boicotagem aos pro-
dutos da tirânica companhia, não
lhe comprando o caríssimo sabão
nem os adubos de duvidoso valor
fertilizante.

S' o isto exemplos de aplicação
constante em casos que a prática
cotidianamente nos mostra. Aten-
tem neles os operários e proced-
em com tenacidade e savoir-
faire obedecendo aos ditames da
sua consciência de proletários.

No Presídio da Trafaria

A situação dos soldados
do C. E. P. - Amnistia!

No Presídio Militar da Trafaria, en-
contram-se algumas dezenas de solda-
dos do C. E. P., na maior parte conde-
nados a penas pesadas por delitos insi-
gnificantes. Quasi todos tem dois anos
de front, o que bem atesta que se ba-
teiam com denodo por uma causa que
tão apregoada foi por valorosos parti-
dários da guerra, que nunca passaram
do front do Rocio ou quanto muito do
front das gazetas intervencionis-
tas. Por terras de França andaram
durante bastantes meses, sepultados em
trincheiras fôrebças, a cada momento
jogando a vida, longe dos que lhes são
queridos e sofrendo mil privações.

Contavam, finda a pavorosa carnifi-
cina, que os restituíssem aos seus mis-
teres, ao trabalho útil e produtivo,
abandonando definitivamente a farda
para de novo envergarem as mais hon-
radas vestes de trabalhadores. Mas não
sucedeu assim. Por pequenas infracções
a regulamentos disciplinares, sofreram
esses soldados condenações pesadas, ao
passo que oficiais, que delitos muito
mais graves cometeram, tiveram com
galardo condecorações várias.

Tivemos ultimamente ocasião de falar
com algumas dessas praças do C. E. P.
já se encontram na Trafaria, para onde
foram transferidos da Torre de S. Ju-
lão da Barra. Queixam-se amargamen-
te da péssima e insuficiente alimenta-
ção que lhes fornecem, tendo conseguido
a tantas inclemências, devido ao auxílio
de pessoas de família. E sentem-se in-
digados com o procedimento que para
com eles tiveram as autoridades milita-
res, estranhando bastante que os em-
presários da guerra, que amoldadas ve-
zes exaltam em reuniões públicas, o
valor e a abnegação dos trabalhadores
fardados que por terras de França se
bateram, não tenham ainda atentado na
injusta tremenda de que são vítimas,
assistindo-os.

Mas a verdade é que a guerra para
esses emperrados da guerra não passou
de um famoso negócio, de uma exelen-
te maneira de por meio de negócios es-
curos, se acumularem facilmente fortu-
nas fabulosas, sendo indiferente a essa
gente que com a chacinha engordou,
que esses homens continuam a ferros
da República.

Agora a afirmação que acima fa-
zemos de que por pequenos delitos for-
am aplicadas penas pesadas, devemos
um facto, que é bastante edificante
proceder-se num campamento do C.
E. P., à distribuição da ração de bo-
lacha, que era composta de duas bol-
chas. Um soldado, como a fome fosse
muita, conseguiu apanhar duas rações
mas, sendo surpreendido por um su-
perior, imediatamente foi detido sendo
condenado, em conselho de guerra, a
quatro anos de prisão!

A situação dos cativos da Casa de
Reclusão Militar da Trafaria revolto-
nos, tanto mais que eles, na sua ma-
ioria, não passam de proletários que uma
organização social acelerada obrigou a
convergar a farda, impondo-se que os
governantes, para seu próprio benefi-
cio, imediatamente os libertem, res-
tituindo-os às suas famílias. Porque es-
ses governantes não devem esquecer
que trata desses heróicos soldados de
Portugal, que em terras de França se
bateram, como costumam dizer nos seus
discursos de períodos arrondados, mas
completamente vazios de sincerida-
de...

A TERCEIRA INTERNACIONAL

Sua origem e fundação

A Batalha tem repetidamente aludi-
do à Terceira Internacional socialista, à
Internacional de Moscovia. Que vem a
ser essa organização? Quais os seus an-
tecedentes, as suas razões de ser? Quais
os seus intuídos?

A nova Internacional socialista nasceu
em plena guerra, em 1919, numa pe-
quena localidade suíça, Zimmerwald.
Depois de várias tentativas infrutíferas
para levar o Secretariado Internacional
Socialista (B. S. I.) - Bureau Socialiste
International, com sede em Bruxelas, a
convocar uma conferência internacional,
o partido socialista italiano, secundado
pelo partido socialista suíço e pelos
grupos socialistas russos da Suíça, de-
cidiram tomar directamente essa iniciativa.
Dessa resolução saíram as conferências
de Zimmerwald e Kienthal, em que to-
maram parte também alguns grupos
socialistas e anarquistas, e em que o
socialismo internacional tratou de se
recompor e de se concertar para uma
acção verdadeiramente sua, de se refe-
zer enfim da tremenda sacudida advin-
da da guerra, da desorientação e desfa-
lecimento de muitos, da traição de tan-
tos pastores, arrastados na rede das in-
fluências e dos interesses burgueses.

As duas conferências decidiram, a
despeito da oposição da ala esquerda,
guiada pelos socialistas russos, que o
organismo internacional por elas criado
era apenas provisório, devendo desapa-
recer no dia em que o B. S. I. reassu-
misse a sua missão. Mas os maneios dos
socialistas para o serviço da burguesia,
como Vandervelde, Branting, Renaudel,
a diplomacia risonha de Huysmans, a
debilidade e a incerteza de outros, re-
duziram à impotência e à inacção a Se-
gunda Internacional - essa pádua e abur-
guesada associação de parlamentaristas
e reformistas, que se pretendia abru-
guesada sucessora da primeira, da grande
Internacional, a de Marx e Bakunine.

O B. S. I. incumbiu-se de patentear
aos olhos de todos, numa acumulação
incessante de provas, a sua incapacida-
de de afrontosa e grotesca e a sua má-
 vontade traiçoira nas horas mais crí-
ticas da história. A emenda escancara-
va-se impossível, o perdão seria cum-
plido.

Foi então que os partidos da van-
guarda socialista, os partidos de revo-
lução, decidiram reorganizar o socia-
lismo. A comissão Zimmerwaldista, com
sede em Berna primeiro e depois em
Estocolmo, fundiu-se com a mesa exe-
cutiva da Nova Internacional, reunida
em Moscovia ao chamamento do parti-
do comunista russo (bolchevique).

Estava fundada de vez a 3.ª Internaci-
onal, a que nasceria sob a tormenta
horível, a que vinha repulir os maus
pastores, cuspir o seu desprezo aos
socialimperialistas do Kaiser e de Poi-
caré, cortar com eles todos os laços e
todos os compromissos.

O primeiro Congresso
Foi em 2 de Março que se abriu em
Moscovia o primeiro Congresso da
Nova Internacional comunista.

Estavam representados 13 partidos:
comunista alemão (Espartaco), comunis-
ta russo (bolchevique), comunista aus-
tríaco, comunista húngaro, social-de-
mocrático português, social-democrá-
tico suíço, partido operário socialista
norte-americano, federação balcânica
dos socialdemocratas revolucionários
(incluindo os tessniaki búlgaros), partido
comunista romeno, polaco, finlandês,
ucraniano, letão, lituano e branco-russo,
estónio, arménio, dos colonos alemães
na Rússia, das nacionalidades orientais
na Rússia.

Além dos 32 delegados com direito
de voto, intervieram nos debates mais
quinze, representando os grupos comu-
nistas de estrangeiros residentes na
Rússia, nomeadamente checos, iugos-
lavos, ingleses, franceses, holandeses,
americanos, suíços, turcos, georgianos,
persas, turquestânicos, chineses, corea-
nos.

O Congresso não representava todas
as forças que cooperam no novo movi-
mento internacional comunista. Não
havia representantes do partido socia-
lista italiano, nem do «Partido Socialis-
ta Britânico» (B. S. P.), nem da es-
querda do socialismo francês, e, pelas di-
ficuldades que os governos Aliados opu-
seram à sua partida, sendo alguns de-
legados detidos no caminho.

Apesar de tudo, ninguém poderá
contestar a importância e valor repre-
sentativo deste congresso, que para
Kamenef foi um facto histórico compa-
rável à reunião de 1864, que fundou em
Londres a Primeira Internacional dos
Trabalhadores. Podemos considerar nu-
merosos os delegados que a reacção im-
perialista e as dificuldades materiais
impediram de ir a Moscovia. Os que
conseguiram ir representavam bem o
espírito das massas socialistas em acção.

A proposta da fundação da Terceira
Internacional, narrou o jornal russo
Isvestia, as dificuldades que os dele-
gados encontraram para chegar à «capi-
tal vermelha», coração da República
dos Soviéticos, que anuncia à humani-
dade o começo da sua emancipação. Foi
preciso preparar o congresso secreta-
mente. «Num século de liberdade e de
democracia burguesa, os representantes
do proletariado revolucionário, que a
burguesia não venderam os interesses
da sua classe, tem que operar por con-
spiração em toda a parte, salvo na Rússia
soviética».

Pondo o Congresso de Moscovia em
confronto com a Conferência de Berna,
escreve o mesmo jornal: «Que confor-
tante impressão não faz o Congresso
Comunista de Moscovia ao lado do mi-
sero espectáculo da conferência oportu-
nista de Berna, que se esforçou por gal-
vanizar o cadáver da Segunda Internaci-
onal? Os elementos ainda indecisos
tem que optar entre a vanguarda do
proletariado pela revolução social e a
burguesia pela reacção mundial. Nesta
hora de luta decisiva, não há meio ter-
mo, nem há tempo a perder com de-
funtos em vias de decomposição».

Os trabalhos do Congresso
Os delegados do partido bolchevita
- Lenine, Trotski, Zinovief, Stáline, Bi-
kharin, Chicherin, Obolenski e Voróski
- tiveram naturalmente um papel pri-
vilegiado no congresso: a sua acção e as
suas obras desde 1917, a sua missão de
organizadores da Nova Internacional, o
próprio lugar da reunião, tudo lhes con-
feria esse direito ou esse encargo.

O primeiro trabalho lido foi a decla-
ração do extremista francês Loriot na
Conferência de Berna, declaração que
foi considerada como notável. Discuti-
ram-se depois sucessivamente os seguin-
tes assuntos: relatório; programa da
Internacional comunista; democracia
burguesa e ditadura proletária; atitude
a tomar para com as outras correntes
socialistas e a Conferência de Berna; si-
tução internacional e política dos Ali-
ados; eleição da junta executiva e ques-
tões diversas.

O congresso concluiu os seus tra-
balhos em 6 de Março. Chegou a esse dia
Henrique Guilbeaux, representante da
fracção extrema do socialismo fran-
cês.

Trotski leu o manifesto da Internaci-
onal comunista, que foi adoptado por
aclamação. O delegado dos comunistas
finlandeses leu uma moção sobre o ter-
ror branco, ponho-se a assembleia de pé,
como homenagem às numerosas vítimas
da burguesia finlandesa, cuja ferocida-
de ultrapassa a dos versalheses de Gal-
list.

Jacques Sadoul, em nome dos comu-
nistas franceses, fez um apelo ao opera-
rio de todos os países, para que não
permitam o esmagamento da revolução
russa pelos «bandidos do imperialismo
mundial».

Henrique Guilbeaux, registou a mor-
te da Internacional oportunista, a de
Sheidemann e Albert Thomas.

Fritz Platten leu uma série de mo-
ções sobre a democracia burguesa e a
ditadura do proletariado, a conferência
de Berna, o programa da Terceira In-
ternacional, etc., moções votadas pelo
Congresso.

O Congresso nomeou uma junta exe-
cutiva provisória, como órgão federati-
vo permanente da Internacional em su-
stituição do secretariado até então a
cargo de Angélica Balabanof. Essa jun-
ta é presidida por Zinovief.

Numa alocução de encerramento, Le-
nine expôs o crescente movimento das
massas operárias no mundo inteiro; pro-
metia e penhor de vitória da revolução
proletária.

Por fim, como é de regra, o congres-
so encorrou ao canto da Internacional,
dirigindo-se os congressistas ao comi-
tê público organizado no Gram Tea-
ter de Moscovia, no qual tomaram a
palavra algumas mulheres: Kolontai,
Balabanof e Kascher (suíça).

A imprensa e a informação

Como o fizeram diversos jornais de
Lisboa, noticiou O Seculo, há dias, o
caso recente duma provinciana de 22 anos
que veio servir para Lisboa, acomoda-
do-se numa casa em que entrou grávi-
da de quatro meses e deu à luz uma
criança que, tendo tido morte natural,
ao que parece, foi sepultada a ocultas e
por sua própria mãe no quintal da se-
nhoria casa o nde, passados pou-
cos dias do enterramento, foi surpreen-
dida pela patrão a «chorar de remor-
so», no dizer do Seculo, junto da sepu-
ltura da filha.

O órgão da gigantesca informação,
psicólogo profundo, não pôde fazer a
cousa por menos, para armar à sensibi-
lidade dos seus numerosos leitores.

A pobre mulher de quem O Seculo
contou o seu costume, não publicou o
retrato nem descreveu a cor das meias,
a grossura das pernas, o desenvolvi-
mento dos seios, a cor das ligas, o fel-
tício do calçado e do arrandado das ro-
pas brancas, não pôde chorar com sa-
nidade da filha, falecida à nascença, nem
de desespero motivado pelas «conven-
ções e pelos prejuízos sociais de que O
Seculo é exímio cultor e que, entre ou-
tros desastres que originam, obrigam as
mulheres seduzidas a ocultar o fruto
dos seus amores e da bestialidade do in-
dividuo que abusa da sua fraqueza e da
sua inexperiência, sem que a justiça o
incomode, muito ou pouco».

Duma forma ou doutra desejaria eu
que a imprensa jornalística, duma vez
por todas, se deixasse de fazer estenda-
da da vida íntima de pessoas e famílias no
solheio verminoso do seu noticiário
policial, predispondo a opinião pública
contra inocências que, se po-
lo-rem, se recomendam à consideração e à in-
dulgência de toda a gente pela própria
majestade do seu infortúnio.

Quando será que essa imprensa, no
seu julgamento superficial e a priori, de-
ixará de condenar inocentes ou suspei-
tos criminosos antes de julgados pelos
tribunais que, não raro, acabam por
absolvê-los, por isentos de toda a
culpa?

O que lucra o público com a divul-
gação das misérias sociais que se pas-
sam no seio das famílias?

Que vantagem ou que benefício po-
de resultar para a sociedade em se li-
deir nos jornais que um determinado
indivíduo assassinou a própria esposa
porque esta o açoitava, oulandando por
via de regra o nome do causador dessa
degradação, sobretudo quando este tem
meios de fortuna e boa representação
social?

Da divulgação dos crimes ou delitos
de natureza passionai, por meio dos
jornais, está perfeitamente demonstra-
do o efeito negativo, visto que a nar-
rativa desses delitos predispe os espí-
ritos fracos e românticos de certos
amantes para os delitos da mesma na-
tureza, indo acordar neles sentimentos
adormecidos que, sem o concurso da
publicidade de tais delitos, nunca se-
riam despertados.

O mesmo sucede com os homicídios
pormenorizados, sobretudo quando eles
resultam de rixas velhas entre valentes,
visinhos ou parentes desavindos por
qualquer ninharia a que a ignorância e
a falta de educação dos respectivos pro-
tagonistas aumentam o volume e a im-
portância, convertendo, por vezes, um
argüento num cavaleiro, para desgraça
de famílias inteiras, cujo ódio se trans-
mite de geração em geração, ocasionan-
do, tarde ou cedo, represálias e vin-
gancas que chegam, por seu turno, ao
assassinato.

Pelo que diz respeito às informações
policiais em matéria delituosa de direi-
to comum, como, por exemplo, nos ca-
sos de homicídios, roubos, etc., a
divulgação desses factos não tem
nenhuma utilidade social, e, pelo con-
trário, é prejudicial à moralidade e
à segurança pública.

Quando muito, agrade a decisão dos
tribunais e não se esqueça, ainda assim,
de que a pena ou condenação dos de-
linquentes, se bem que seja um acto de
justiça, dentro do critério social, nem
por isso é quando socialmente encarada
deixa de ser um mal que afecta a so-
ciedade na pessoa dos parentes e amigos
do condenado.

Lisboa, 13 de Maio de 1919.
José BENEDY.

